



FORMAÇÃO CONTINUADA EM GÊNERO, SEXUALIDADES NO ENSINO DE GEOGRAFIA: PRÁTICAS INSURGENTES A PARTIR DE UM CURSO DE EXTENSÃO PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Eixo Temático **EIXO 12 - GÊNERO E PROFISSIONALIZAÇÃO**
DOCENTE: DESAFIOS DO TEMPO PRESENTE

Tiago Dionisio¹
Carolina da Silva Santos²
Nilton Abranches³

RESUMO

Este trabalho reflete sobre processos formativos que contribuem para o debate e influenciam a prática pedagógica em Geografia a partir de um curso de extensão, ofertado gratuitamente para 200 professores(as) de Geografia da Educação Básica. Metodologicamente, este trabalho baseia-se em um relato de experiência, enriquecido por revisão bibliográfica, reflexões sobre a formação realizada e análise das atividades desenvolvidas pelos cursistas. A partir dessa análise, percebeu-se a necessidade de uma maior inserção da temática de gênero e sexualidades no campo geográfico, torna-se imperativo o desenvolvimento de ações formativas que dialoguem com esses debates, bem como sua inserção intencional nos currículos de Geografia, à medida que defendemos a importância da tríade extensão, universidade e escola na formação docente.

Palavras-chave: Gênero e Sexualidades, Formação de professores e professoras, Educação Básica, Ensino de Geografia, Curso de Extensão.

¹ Doutorando em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – RJ, tiago_dionisio@hotmail.com.br

² Doutoranda em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) - RJ, carolinasantos90@gmail.com

³ Doutor em Geografia, Professor do Departamento de Geografia Humana, do Instituto de Geografia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) - Campus Maracanã - RJ, niltonabranches07@yahoo.com.br



INTRODUÇÃO

A formação continuada de professores (as) é essencial para garantir a qualidade do ensino e da escola. É fundamental que os (as) docentes estejam sempre atualizados (as) e comprometidos (as) em acompanhar as mudanças na educação, bem como os temas que envolvem os corpos que vivenciam e experienciam a escola. Essa formação permite que os docentes ampliem seus conhecimentos, aperfeiçoem suas práticas pedagógicas e se adaptem às novas demandas dos (as) alunos (as) e da sociedade.

Nesse contexto, torna-se evidente a necessidade do aprofundamento e reflexões contínuas na formação de professores (as) de Geografia que atuam na Educação Básica. Diante desse cenário, este trabalho reflete sobre processos formativos que contribuem para o debate e influenciam a prática pedagógica em Geografia, assim este trabalho reflete sobre processos formativos que contribuem para o debate e influenciam a prática pedagógica em Geografia a partir de um curso de extensão, ofertado gratuitamente para 200 professores(as) de Geografia da Educação Básica.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A análise toma o Curso de extensão Gênero e Sexualidades no Ensino de Geografia, como instrumento de investigação empírica, constituindo-se a partir de uma abordagem qualitativa, bibliográfica e documental. No campo das ideias, fundamenta-se nas teorias críticas da Educação e da Geografias Feministas. Nesse sentido, este trabalho baseia-se em um relato de experiência, enriquecido por revisão bibliográfica, reflexões sobre a formação realizada e análise das atividades desenvolvidas pelos cursistas.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Geografia, por sua natureza interdisciplinar, é um campo fértil para discutir como as relações de poder, as normas culturais e as políticas públicas moldam as experiências de diferentes grupos sociais. Ao trazer essas questões para o centro das discussões, o ensino de Geografia se torna não apenas uma ferramenta de resistência, mas também um espaço-tempo de empoderamento, onde os/as alunos/as podem questionar e reimaginar as relações socioespaciais, contribuindo para uma educação mais inclusiva e



transformadora, em especial a partir da compreensão das relações de gênero a partir da Geografia, como bem destaca Joseli Silva (2002; 2004; 2009a).

Nesse sentido é essencial reconhecer que o espaço-tempo escolar e universitário são permeados por relações de gênero. Parafraseando Joseli Silva (2009a, p. 137), estamos concebendo a escola X universidade como partes integrantes [...] da realidade socioespacial da cidade, que tanto molda quanto é moldada por essas relações”. Isso implica considerar os corpos docente e discente que nelas estão inseridos, as normas e regras estabelecidas, bem como os espaços designados para as diversas atividades, que, ainda que de forma inconsciente, acabam por definir papéis e normas para cada gênero. Nesse perspectiva, recorrendo mais uma vez a Silva (2002, p. 58), compreender “ausências, silêncios e invisibilidades do discurso científico é reconhecer que tais características não são fruto de acasos, mas de uma determinada forma de conceber e de fazer a Geografia”, isso reflete na compreensão de como essa temática foi abordada e continua sendo tratada nessa ciência.

Desse modo, é importante perceber que o espaço geográfico é vivenciado de diferentes formas pelas pessoas, o que reflete e reforça as dinâmicas sociais e de poder existentes. Silva (2014) revela que, teoricamente, o espaço é acessível a todas as pessoas; entretanto, na prática, sabemos que culturalmente existem espaços considerados “impróprios” para mulheres, negros/as e pessoas que apresentam sexualidades vistas como dissidentes, o que resulta em constrangimentos e exclusões para esses grupos sociais. A geografia, portanto, não pode se limitar a uma análise superficial do espaço como algo neutro ou universalmente acessível.

Ratts (2003) complementa essa discussão ao afirmar que há espaços onde certos grupos sociais ou indivíduos sentem-se mais à vontade, enquanto outros espaços permanecem estranhos e inóspitos para essas mesmas pessoas. Isso ocorre porque o espaço é marcado por relações de poder que determinam quem pertence e quem é excluído, revelando como o espaço geográfico é carregado de significados sociais e culturais.



No contexto da educação, o espaço escolar se configura como um espaço concebido e vivido onde normas e valores predominantes são transmitidos e reforçados. Infelizmente, muitas vezes, essas normas são excludentes para corpos e identidades que desafiam as normas cisheteronormativas, embora na escola, seja evidente a presença de forças que tentam disciplinar *corposvidas* que não se conformam aos padrões normativos impostos, como o padrão cisheteronormativo branco. No entanto, mesmo diante dessa tentativa de controle, sempre haverá resistência e a presença de pessoas que encontram brechas e fissuras nesse sistema opressor. Esses indivíduos constantemente buscam se desvencilhar das amarras que tentam marginalizar e oprimir seus *corposvidas*, movendo-se em direção à autonomia e à afirmação de suas identidades.

A escola é um dos espaços onde as relações raciais e de gêneros se manifestam, se desenrolam. O espaço escolar é constantemente generificado e sexualizado, seja nos discursos sobre como meninas são mais organizadas e meninos bagunceiros, ou nas representações do que é ser macho ou do que é brincadeira de meninos e/ou de meninas, além de uma inclusão excludente dos estudantes LGBTTI+ que estão presentes no espaço escolar, mas são presenças indesejadas ou controladas.

A escola está permeada por supostas subjetividades, que na verdade representam as reproduções sociais de preconceitos e discriminações, racismos e machismos “velados”, construções culturais que perpassam gerações, como a “inocente” naturalização dos “meninos jogam futebol e meninas jogam queimado” na hora do recreio.

Rogério Diniz Junqueira traz importante contribuição para o tema ao ressaltar que:

[...] nunca é demais sublinhar que, historicamente, a escola brasileira estruturou-se a partir de tributários de um conjunto de valores, normas e crenças responsáveis por reduzir à figura do “outro” (considerado estranho, inferior, pecador, doente, pervertido, criminoso ou contagioso) que não se sintoniza com os arsenais cujas referências eram (e são) centradas no adulto, masculino, branco, heterossexual, burguês e “saudável”. A escola tornou-se um espaço onde o “currículo em ação” faz rotineiramente circular preconceitos que colocam em movimento discriminações e outras formas de gestão das fronteiras d anormalidade (Junqueira, , 2013, p.482).

Compreendemos que esse debate deve ser qualificado e não reduzido somente à inserção da discussão sobre gênero e sexualidades para não cairmos na armadilha que é



essa cortina de fumaça produzida por esses ataques conservadores que desviam a atenção da sociedade para os verdadeiros problemas que assolam a educação: baixos salários dos servidores, desrespeito ao pagamento do piso nacional docente, verbas irrisórias para a merenda, estruturas físicas precarizadas, ausência de garantia à formação continuada, falta de professores efetivos, equipe técnico-pedagógica das escolas incompleta, entre outros.

Tudo isso torna ainda mais grave a situação dos estudantes LGBTTI+, uma vez que esse espaço escolar, por muitas vezes hostil impacta no “desempenho desses mencionados discentes, provocam faltas e desistências, levam à depressão e alimentam um sentimento de não pertencimento à instituição escolar” (Bortolini, , 2019. p.41).

Vale ressaltar que, apesar de gênero e sexualidades já estarem presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), publicados em 1997, como temas transversais, a inserção da temática no espaço escolar se justificou “por conta do aumento de infecções sexualmente transmissíveis e da gravidez indesejada na adolescência, a mencionada inserção aumentou devido à preocupação dos educadores” (Brasil, 2000, p. 111).

Embora haja certo avanço em relação à questão de gênero e sexualidades, as temáticas deveriam estar consideradas, também na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Esta versão aprovada, ainda que sob inúmeras críticas, é um documento que não somente orienta, mas normatiza os currículos da Educação Básica em território brasileiro, sendo assim, se faz necessário estar mais presente nos mo(vi)mentos de (form)ação de professores/as , tanto inicial, como continuada, bem como nas práticas escolares de forma efetiva.

Portanto, o curso em tela teve e por consequencia este trabalho tiveram como objetivo contribuir para o debate de uma geografia insurgente a partir das nossas reflexões como professores de geografia, que tivemos nossa subjetividade marcada por preconceitos tacanhos uma formação inicial em geografia sem discussões de temáticas pertinentes ao tema e que, intrínseca e intensamente, estavam ligadas aos nossos modos de serestar no/com mundo. As reflexões que o presente deste trabalho traz, são oriundas do lugar da denúncia e da ausência que tanto sofrimento causa nos sujeitos invisibilizados, a partir das relações de poder as quais eles são expostos e as subjetividades corporificadas



desconsideradas e, até então, não contempladas nas análises geográficas, para uma (form)ação propositiva, no sentido de reconfigurar o cenário da geografia, assumindo o protagonismo não só do debate, mas na produção de conhecimentos pautados no diálogo, respeito e na justiça social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Desenvolver uma atividade de extensão pouco convencional para os moldes acadêmicos é criar possibilidades para que temáticas até então invisibilizadas, se tornem o centro das discussões. Logo, não é simplesmente executar um dos pilares⁴ em que a Universidade Pública está assentada, é uma resposta aos dias vivenciados recentemente que atingiram em cheio o campo educacional, dias em que debater determinadas temáticas, como gênero e sexualidades, tornou-se um ato considerado subversivo e insurgente ou até mesmo uma ameaça a “ordem nacional”.

A estrutura formativa atendeu as expectativas dos cursistas, levando em conta as condições precárias do exercício da profissão docente no Brasil, que muitas vezes as redes públicas de ensino não liberam os profissionais para realizarem formações continuadas, portanto o curso com atividade síncronas e assíncronas (EaD) é uma possibilidade formativa, porém não devemos deixar de lado a luta por melhores condições de trabalho em prol de qualidade da educação;

Somado a isso, o grande número de cursistas que se manteve até o final do curso demonstra a necessidade da discussão sobre a temática a partir da Geografia;

As análises das respostas dos cursistas comprovam a precariedade inicial sobre informações básicas referentes ao tema, mas que ao final do curso, apontaram para uma apropriação sobre o assunto, porém que deveriam ser ofertadas outras formações dando continuidade ao debate e ao aprofundamento dele, uma vez que, os/as cursistas

⁴ De acordo com a legislação, o tripé formado pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão constitui o eixo fundamental da Universidade brasileira e não pode ser compartimentado. O artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988 dispõe que “as universidades [...] obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Equiparadas, essas funções básicas merecem igualdade em tratamento por parte das instituições de ensino superior, que, do contrário, violarão o preceito legal. (Moita & Andrade, 2009, p. 269).



compreenderam a importância das questões de gênero e sexualidades na formação do sujeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessa análise, percebeu-se a necessidade de uma maior inserção da temática de gênero e sexualidades no campo geográfico, torna-se imperativo o desenvolvimento de ações formativas que dialoguem com esses debates, bem como sua inserção intencional nos currículos de Geografia, à medida que defendemos a importância da tríade extensão, universidade e escola na formação docente.

Dessa forma, defendemos a urgente e imperativa necessidade de tornarmos a temática Geografia, Gêneros e Sexualidades mais visível e legível diante da comunidade universitária como um todo. É crucial combater alguns mitos como, a popularização do mito da “mamadeira de piroca”, uma vez que isso esbarra diretamente no direito à vida a partir da subjetividade da população LGBTTI+ que muitas vezes são precocemente expulsas do espaço escolar não tendo possibilidades de ascender até o ensino superior.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Pluralidade cultural, orientação sexual. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base**. Brasília: MEC, 2017.
- RATTS, Alex. **Gênero, raça e espaço: trajetórias de mulheres negras**. Comunicação apresentada no XX Encontro Nacional da ANPOCS, Caxambu-MG, out. 2003.
- MOREIRA, Ruy. **Pensar em ser em Geografia**. São Paulo: Contexto, 2007.
- SILVA, Joseli. **Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: TodaPalavra, 2009.
- _____. Espaço interdito e experiência travesti. In: SILVA, Joseli; ORNAT, Marcio; JUNIOR, Alides. **Geografias Malditas: corpos, sexualidades e espaços**. Ponta Grossa: TodaPalavra, 2013.



_____; SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento. Introduzindo as interseccionalidades como um desafio para a análise espacial no Brasil: Em direção às pluriversalidades do saber geográfico. In: SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento; SILVA, Joseli Maria (ORGS.). **Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial**. Ponta Grossa: Toda palavra, 2014. p. 17-35.

TONINI, Ivaine Maria. **Identidades Capturadas – gênero, geração e etnia na hierarquia territorial dos livros didáticos de Geografia**. Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2002.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Pedagogia do Armário: normatividade em ação. **Revista Retrato da Escola**, Brasília, v.7, n. 13, p. 481-498, jul/dez. 2013.

BRASIL. **Lei de Plano Nacional de Educação**, PNE 13.005/2014.

BORTOLINI, Alexandre. Uma perspectiva interseccional de gênero para pensar e transformar a educação. IN: YORK, Sara Wagner, SILVA, Sérgio Luiz Baptista da; NOLASCO-SILVA, Leonardo. **Gênero e Sexualidade na educação: uma perspectiva interseccional**. Salvador: Devires, 2022.